

A cultura da esperança

Por Jailson de Souza e Silva, coordenador do Observatório de Favelas

Boa tarde. É bom estarmos aqui conversando sobre Segurança e Cidadania e é, principalmente, bom saber que temos um mandato como o da Jandira preocupado com essas questões fundamentais; preocupado em cada vez mais se articular com as universidades e se articular com os diferentes setores da sociedade. Antes de ser professor da Universidade Federal Fluminense eu fui morador da periferia do Rio de Janeiro durante toda a minha vida. Morei vários anos na favela da Maré, em Irajá e em Brás de Pina. Falo a partir desse olhar muito específico que articula por um lado a academia e por outro a minha vivência de morador de, digamos assim, do outro lado da chamada “Cidade Maravilhosa”.

Minha fala também se expressa muito a partir do meu lugar fundamental que é a Maré, no que é o Observatório de Favelas, (Instituição formada por moradores e ex-moradores da periferia e que buscam construir novas formas de percepção do espaço popular). Falo ainda com uma identidade com os espaços populares e de ações dentro desse espaço, além de uma nova forma de ver a cidade. E me coloco como carioca, que ama o Rio e reconhece as limitações e problemas que acontecem e que quer uma cidade, um país, um mundo, muito mais justo e mais fraterno. Para isso temos que trabalhar, e aí inicio a partir da superação de determinados conjuntos de violências, violências simbólicas, que caracterizam muito o Rio de Janeiro hoje.

O que é essa violência simbólica? Existe um processo de estigmas que caracterizam a vivência no Rio de Janeiro, que caracterizam a vivência dos moradores dos espaços populares. A primeira delas é a questão da exclusão social. Estamos acostumados, a partir da década de 90, a utilizar como natural o termo “exclusão social”, assim como se tornou natural o termo “cidade partida”, que passa a credibilizar dois espaços. De um lado, estão os membros da cidade, da cidade formal; do outro, está o povo que vive na não-cidade. O problema da idéia de cidade partida é que pensamos o tempo todo que é um setor da cidade que, na verdade, não faz parte dela. Nesse sentido, não reconhecemos uma cidade una. E vemos, então, o Rio de Janeiro com uma parcela significativa da população, pelo menos um milhão e meio de habitantes, como excluídos socialmente. Deixando de reconhecer que a cidade é una, vivemos numa cidade marcada por relações de opressão e exploração. Assim temos um conjunto significativo de pessoas que, por não ter acesso a determinados padrões de consumo ou de direitos, são vistos como excluídos socialmente.

Resgate da cidadania

Aí se inicia uma violência efetiva sobre esses moradores dos setores populares. Até porque começamos a definir um padrão formal de sociedade ou um padrão modelo de sociedade, onde uns seriam incluídos, e outros moradores estariam excluídos socialmente porque não tem esse padrão de consumo. Começa então a estigmatizar esses moradores na sua própria condição de cidadão da cidade, de cidadão constituinte da sociedade existente.

Nesse percurso reconstruímos todo um discurso de resgate da cidadania, de construção da cidadania, de inclusão social que, na verdade, já começa a deslegitimar as práticas sociais, deslegitima a lógica de vida de imensa parcela da população da cidade do Rio de Janeiro. E aí afirmamos que tem o Rio de Janeiro formal, legal, o Rio maravilhoso e tem os outros setores sociais que vivem à margem e por isso devem ser incluídos. Se não superarmos esse tipo de discurso não vamos compreender os espaços populares e vamos continuar assumindo um discurso de um lado potencialmente criminoso, que é o mais comum, ou o discurso paternalista onde os moradores são vistos vítimas indefesas num sistema monolítico, fechado e impermeável à mudança.

Seja vítima passiva por um lado, seja potencialmente criminoso por outro, só estamos contribuindo com essa estigmatização que caracteriza os setores dominantes da cidade. Quando queremos discutir novas formas de exercício da cidadania também temos que discutir novas formas de exercício da linguagem e isso é um grande desafio. Quando falo do raciocínio do potencialmente criminoso, dizemos mais ou menos o seguinte: “Se aquele garoto não tivesse na faculdade, estaria no tráfico de drogas; se aquele garoto não estivesse no grupo de dança, estaria no tráfico de drogas; se aquele garoto não tivesse fazendo fotografia, estaria no tráfico de drogas”. Como se fosse possível que os moradores dos espaços populares, seja na Maré, na Rocinha, no Jacarezinho, tivessem como uma única alternativa à arte, à cultura, à educação, o tráfico de drogas. Primeiro isso é uma compreensão absolutamente mítica do tráfico de drogas. As pessoas trabalham com o tráfico de drogas como fosse uma imensa bocarra que é capaz de devorar toda população dos setores populares. Deixamos de reconhecer que apenas cerca de 1% da população está efetivamente envolvida com o tráfico de drogas. E os outros 99%? Quando falamos da exclusão social, deixamos de reconhecer as relações de exploração e opressão que caracterizam a sociedade e que 99% dessa população vai estar envolvida nas mais diferentes atividades subalternas da cidade e começamos a usar um discurso cada vez mais de ações pontuais, fragmentárias, que não revela as contradições maiores da sociedade que vivemos.

Observatório de Favelas

Quando abrimos mão de conceitos marxistas, na década de 80, quando deixamos de reconhecer que as relações sociais são relacionais e estão estabelecidas hoje como relações de subordinação, muitas vezes deixamos de reconhecer todas as mazelas características da sociedade capitalista. Assim, rompemos com a crítica e assumimos uma crítica geral, genérica e superficial às contradições sociais. Mas não as caracterizamos mais como relação de poder; como relação de dominação.

E todos podem ser aliados na luta contra a exclusão social. Sejam os banqueiros, sejam os grandes fazendeiros, seja a classe média, seja, inclusive, as pessoas de bem das classes populares. Esse discurso nos interessa na construção de uma cidadania mais justa? Esse discurso nos interessa na construção de uma cidade muito mais plural e democrática? É isso que temos que discutir. Discutir também o juízo dos setores populares, que orientados pelos grupos médios, fazem acreditar que nós, dos setores populares, só temos como alternativas determinados projetos sociais. Esse tipo de juízo dificulta a produção, efetivamente, de novas práticas. Assim, como aquela lógica de que se a pessoa mora no espaço popular ele, obviamente, tem direito a ter determinadas estratégias, ele pode ter um “gato”, não precisa pagar pela água que consome. No limite, ele pode comprar objetos roubados. No limite ele pode fazer um ganho no sinal porque, afinal, ele está usando estratégias pra garantir sua sobrevivência. Esse tipo de juízo também não discute que o exercício da cidadania implica, necessariamente, direito e deveres de todos e, deveres com o coletivo. E que a criação de saídas individuais não permitirá, necessariamente, uma saída pro dilema social, para a desigualdade efetiva que caracteriza nossa sociedade.

Então, qual foi o sentido da criação do Observatório de Favelas? Ele foi criado como uma exceção, todos os seus fundadores eram pessoas que chegaram à universidade. Na Maré, na década de 90, apenas 0,53% dos moradores tinham universidade pra uma média de 16% da cidade do Rio de Janeiro. Qual era a lógica que tínhamos e quais eram nossos pressupostos? Era que a vivência dos setores populares é marcada por dois fenômenos, o primeiro, chamamos de presentificação da realidade. A presentificação é a incapacidade de você construir um projeto de futuro de longo prazo, com isso você termina não conseguindo construir um projeto de utopia, nem pessoal, nem coletivo. Não é casual nesse sentido, como Marx falava, que o lumpesinato tenha muito mais compromisso com o retorno imediato do que ter

um compromisso com alternativas de longo prazo. A presentificação faz com que você assuma cada vez mais uma postura, na prática cotidiana, voltada pra o que te dá prazer, no sentido de Espinosa, no que te dá retorno imediato. Isso, necessariamente, pode fazer com o que garotos de classes sociais mais marginais nos espaços populares possam optar pelo tráfico de drogas ou que outros, a grande maioria, apostem no trabalho. E poucos apostem na escolarização como estratégia de investimento social porque a escola é um investimento muito demorado.

Presentificação e particularização

Uma tarefa fundamental pra você conseguir ampliar o exercício de cidadania é ampliar um projeto de futuro e isso implica na construção de uma nova percepção e inclusive em questões ambientais, projetos educacionais de longo prazo e assim por diante. Temos que reconhecer de que forma a presentificação afeta o cotidiano dos moradores dos espaços populares.

Outra característica é a particularização da existência dos moradores de setores populares. Eles tendem a localizar a sua vida muito no espaço particular e com isso assumem um conjunto de códigos muito dirigidos para experiências locais. Muitos dizem que favela é favela e asfalto é asfalto, e determinadas coisas são consentidas. Nesse sentido a pessoa não se sente carioca, brasileiro, cidadão do mundo. Ela se sente muito pouco envolvida com o conflito entre Israel e palestinos, com o que está acontecendo no Oriente Médio. Não se sente envolvida com que está acontecendo na sua cidade como um todo, e passa a ser natural trocar o seu voto, por exemplo, por uma camiseta ou por iluminação. Isso é absolutamente legítimo diante da lógica particular com que se encara a existência. Isso não é muito diferente na Barra da Tijuca, por exemplo. As pessoas tendem na cidade a assumir códigos muito particulares de existência e aí passar a tratar o seu semelhante como o seu vizinho e o grau de intolerância em relação àquele que não é com ele identificado cresce cada vez mais.

A presentificação e a particularização da realidade tendem a criar um sujeito de consumo como fundamento da existência. Então, deixamos de ter uma concepção de homem como a de cidadão e passamos a ter uma concepção de homem como consumidor como referência fundamental. E o consumo passa a ser desenfreado, inclusive de si mesmo. O grande desafio para construirmos uma sociedade diferenciada e uma cidade liberta, que consiga ser muito mais igual e justa passa pela ampliação do tempo e espaços sociais, em particular, a dos moradores dos espaços populares, que é o tema que trabalho. Nós propomos a construção de uma rede pedagógica. No Observatório de Favelas temos projetos como o Conexões de Saberes de inserção e permanência de jovens de espaços populares na Universidade, o Programa Rotas de Fuga, de criação de política pública para prevenção de inserção de jovens na rede social do tráfico de drogas, a Escola Popular de Comunicação Crítica e a Escola de Fotógrafos Populares, com aulas de Jornalismo, Vídeos e Fotografia, para jovens de comunidades populares.

Nova percepção de espaço

Eu fui a primeira pessoa de nível superior a entrar na minha casa. Na minha família não tínhamos amigos médicos, professores, dentistas, contadores, seja o que for, e isso continua caracterizando até hoje boa parte da realidade dos garotos dos espaços populares. Cada garoto que entra na universidade e tem acesso à essa linguagem permite que outros coloquem isso no seu horizonte. Cada garoto que começa a trabalhar com o corpo, com informática ou com línguas. Cada garoto que consegue ampliar a percepção da sua realidade, ele se envolve numa rede que permite novas referências.

Toda nossa lógica de trabalho é de construção de alternativas no campo da técnica, da academia e da linguagem científica e no campo do corpo, que possa permitir uma nova percepção do seu espaço local e

da cidade do Rio de Janeiro, e, ao mesmo tempo, trabalhar na direção de pensar o Rio de Janeiro na possibilidade de construir o novo Rio de Janeiro. Para isso temos que pensar a partir de novos conceitos. Então, o Observatório de Favelas forma uma rede na Maré que se articula com outras redes para refletir sobre sua realidade, pesquisar sua realidade e desenvolver um conjunto de trabalhos que possam repercutir cada vez mais as vozes dos jovens, crianças, adolescentes das favelas do Rio de Janeiro dentro dessa cidade.

Nosso trabalho é construir experiências inovadoras à realidade estabelecida. Para isso temos que ter ação local e, ao mesmo tempo, percepção da cidade como um todo e responsabilidade de construir ações em rede. Nesse sentido, o Observatório de Favelas se sente muito irmão do AfroReggae, do Nós, do Morro, da Cufa (Central Única das Favelas) e de iniciativas desse tipo que trabalham na mesma percepção, da necessidade de quebrar com os estigmas dominantes em relação à percepção dos jovens, das crianças, dos moradores dos espaços populares, e, que é possível construir iniciativas muito mais adentradas, muito mais profundas e muito mais amplas. E é dessa forma que vai se combater as diferentes violências múltiplas manifesta nos espaços populares e no cotidiano de todos nós. Obrigado.